

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS FALADO EM SANTA CATARINA: A ORDEM VERBO-SUJEITO

Izete Lehmkuhl COELHO (UFSC)*
Adriana WERNER (G-UFSC)
Joana ARDUIN (G-UFSC)

1. Introdução

Este trabalho trata da variação da ordem sujeito-verbo/verbo-sujeito (doravante SV/VS) em amostras extraídas do Banco VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul), de 48 (quarenta e oito) entrevistas de Florianópolis¹, Blumenau e Chapecó, sob a perspectiva da sociolinguística paramétrica (cf. Tarallo (1987) e Tarallo e Kato (1989)). Ao selecionar tais amostras, estamos optando por um ângulo através do qual será discutida a questão da ordem VS em construções declarativas monoargumentais, objeto de nosso estudo. Tal ordem está envolvendo um sintagma nominal que linearmente segue o verbo flexionado.

A delimitação do objeto de estudo teve sua origem nos trabalhos variacionistas que revelam uma correspondência entre transitividade verbal e ordem dos constituintes, no português do Brasil (PB). Do ponto de vista sintático, quanto menos transitivo um verbo é, maior a possibilidade de inversão de seu sintagma nominal (SN); quanto mais transitivo é, menor essa possibilidade. Merecem destaque os trabalhos de Votre & Naro (1984), Lira (1986; 1996), Berlinck (1988; 1989; 1995) e Zilles (2000). O ponto de maior unanimidade entre os trabalhos variacionistas diz respeito à monoargumentalidade, indicada, consensualmente, como um fator favorável à ocorrência de VS, enquanto a pluri-argumentalidade é indicada como inibidora dessa mesma ordem.

Examinando 1863 construções em que a variação da ordem SV/ VS era possível, Lira (1996) encontrou apenas 19% delas na

* izete@cce.ufsc.br; adriana-werner@yahoo.com.br; joarduin@ig.com.br.

ordem VS. Seus resultados mostram que a anteposição do sujeito ao verbo constitui a ordem básica em português e que a posposição ocorre, em sua grande maioria, com verbos intransitivos (21%), seguido de verbos copulativos (3%), contra apenas 0,8% de verbos transitivos. A autora já observa que, dentre os verbos intransitivos, há alguns que permitem mais freqüentemente a ordem VS, tais como: *vir, chegar* acontecer, *sair, pintar, começar, aparecer, parar, cair, passar* e *acabar*². Desses verbos, 66% admitem sujeitos pós-verbais, contra apenas 29% com sujeitos pré-verbais, segundo a autora. Um percentual, com certeza, bastante significativo. Para ela, o fato de a ordem VS ser praticamente nula com verbos transitivos deve ser devido aos fatores: de o objeto no português não ser superficialmente obrigatório; de o sujeito nulo ser um tipo de ocorrência possível; de alguns pronomes podarem atuar como objeto. A posposição do sujeito a um verbo de mais de um argumento poderia gerar estruturas ambíguas quanto à identificação da função sintática do sintagma pós-verbal.

É o mesmo que afirma Pontes (1986) ao salientar que a ordem VS é mais recorrente em construções intransitivas porque nesses ambientes não é necessário recorrer à ordem SVO para distinguir sujeito de objeto. Essa também é a linha de raciocínio encontrada em Berlinck (1988). A autora destaca, na análise do corpus sincrónico, que o verbo constitui o elemento central na definição da ordem dentro da sentença. A monoargumentalidade é estabelecida como condição mais propícia à ordem VS. No entanto, na medida em que se estabelece a relação ordem-transitividade, a monoargumentalidade tem de ser vista em termos relativos, sendo necessário analisar também o tipo de argumento e sua relação com o verbo. Os resultados de Berlinck (1988) já apontam uma diferença grande entre os verbos tratados como intransitivos existenciais e os intransitivos não-existenciais, com relação à ordem VS, um total de 99% daqueles, contra 46% desses. Entretanto, o que a autora trata como intransitivo não-existencial parece não constituir um grupo homogêneo no português com relação à ordem VS. Basta que pensemos nas diferenças entre os verbos monoargumentais como *trabalhar, rir, correr*, de um lado; e verbos como *surgir, acontecer, nascer*, de outro, por exemplo.

Apesar de, nesse trabalho, não estabelecer distinções entre as construções intransitivas não-existenciais, Berlinck já sugere

que não é só o número de argumentos que restringe a possibilidade de posposição, mas também o tipo de argumento, que está intrinsecamente ligado à natureza do verbo. Há, por exemplo, uma associação inequívoca entre as construções existenciais e a ordem VS, e não há dúvida quanto à natureza [-agentiva] de seus argumentos, segundo a autora.

Outra questão a respeito da ordem VS que merece destaque - já lançada no trabalho de Berlinck (1988) - relaciona-se à heterogeneidade das construções monoargumentais. A partir de uma análise diacrônica em textos escritos de peças de teatro de autores brasileiros e portugueses, Berlinck (1995) discute o conceito de inacusatividade, separando das construções pluri-argumentais construções com verbos monoargumentais, classificados pela autora como: intransitivos não-ergativos; intransitivos ergativos (por exemplo *derreter, aquecer, apaixonar-se, assustar-se, morrer, deslizar, rolar, aparecer, acontecer, existir, etc*); construções com se-V; construções com verbos de movimento e construções copulares.

Embora a autora chame a atenção, novamente, para o fato de que a condição da monoargumentalidade deve ser relativizada, por ter encontrado um número não desprezível de casos de ordem VS com verbos considerados pluri-argumentais, para os propósitos deste trabalho apenas as construções monoargumentais são importantes. Note-se que a autora já aponta que, dentre aquelas construções, as com verbos intransitivos ergativos constituem ambientes mais propícios à ordem VS, opondo-se às construções intransitivas inergativas (e transitivas). Tais resultados vêm ressaltar o que Kato e Tarallo (1988) já prediziam a respeito das possibilidades mais produtivas de ordem VS no português do Brasil: uma manifestação da inacusatividade (estamos tratando aqui ergatividade como sinônimo de inacusatividade).

Apesar de ser um estudo do condicionamento da ordem VS na modalidade escrita (peças de teatro), os resultados de Berlinck (1995) já apontam para o fato de que a classe dos verbos monoargumentais não é uma classe homogênea no português, guardando distinções internas significativas com relação à ordem dos constituintes. Os critérios de gramaticalidade dos exemplos (1) e (2) ilustram essa heterogeneidade em dados de fala analisados neste trabalho:

(1)a. Eu trabalho por um lado, *a minha esposa* trabalha por outro (FLP02L259)³

b. ??Eu trabalho por um lado, trabalha *a minha esposa* por outro⁴

(2) a. Aí quando os ciganos *apareciam* lá

b. Aí quando *apareciam* os ciganos lá (CHP18L53)

Vale lembrar que as descrições da sintaxe do português admitem habitualmente a existência de dois tipos básicos de construções: as transitivas e as intransitivas, a primeira pluri-argumental e a segunda monoargumental. Entretanto, a impossibilidade de ordem inversa em (1b), diferentemente de (2b), aponta para o fato de existirem pelo menos duas classes de verbos monoargumentais no português: a classe dos verbos intransitivos (já legitimada pela gramática tradicional), como mostra o exemplo em (1a); e a classe dos verbos inacusativos, exemplificada em (2). A proposta de uma classe de verbos inacusativos distinta da classe dos verbos intransitivos foi levantada, pela primeira vez, por Perlmutter (1980), dentro do quadro da Gramática Relacional e seguida por um certo número de autores. Entre eles, merece destaque Burzio (1986), por introduzir o conceito de inacusatividade no modelo de Princípios e Parâmetros.

Em resumo, todos os trabalhos supracitados apontam uma restrição de monoargumentalidade para a ordem VS. Entretanto, alguns deles já acenam que monoargumentalidade deve ser entendida em termos relativos, pois é uma condição necessária à inversão, mas não suficiente, já que, nos mesmos contextos, podem-se encontrar sujeitos pré-verbais. Esse é, de fato, o ponto central das discussões subsequentes, que tomam as construções monoargumentais como foco de estudo, com o intuito de verificar quais as variáveis que condicionam o SN à direita do verbo.

2. Ordem VS em Santa Catarina

Na tentativa de mostrar que um estudo quantitativo pode contribuir para o tratamento formal das questões lingüísticas, pretendemos verificar se os grupos de fatores tipo categorial do verbo, traços de definitude e de especificidade do SN, forma de realização do SN e traços de animacidade do SN, dentre treze que foram estudados por nós, podem explicar o condicionamento

da ordem VS no português falado em Santa Catarina, utilizando-nos do pacote estatístico VARBRUL (Pintzuk, 1988). Para essa discussão será controlada também a variável social região (Florianópolis, Blumenau e Chapecó), com o intuito de verificar se as três localidades apresentam as mesmas tendências de uso da ordem, dadas as diferenças étnicas de cada uma das regiões estudadas (açoriana, germânica e italiana, respectivamente).

De modo geral, houve um forte predomínio da ordem SV, contra apenas 32%, 37% e 23% de VS nas regiões de Florianópolis, Blumenau e Chapecó, respectivamente. Esse resultado, no entanto, diz pouco a respeito do fenômeno em estudo. É necessário caracterizar o quadro dos grupos de fatores que determinam a ocorrência dos percentuais de VS. Obtivemos, inicialmente, como estatisticamente relevantes por ordem de significância, os seguintes grupos em cada uma das três localidades estudadas:

Ordem de Seleção	FLORIANÓPOLIS	BLUMENAU	CHAPECÓ
1º	Tipo categorial do verbo	Traços de def. e de esp. do SN	Tipo categorial do verbo
2º	Traços de def. e de esp. do SN	Tipo categorial do verbo	Forma de realização do SN
3º	Forma de realização do SN	Forma de realização do SN	Traços de def. e de esp. do SN
4º	Animacidade do SN	Animacidade do SN	Animacidade do SN

Quadro 1. Grupos de fatores selecionados pelo pacote estatístico VARBRUL em cada uma das regiões

Podemos observar acima que, nas três regiões estudadas, os mesmos grupos de fatores foram considerados significativamente relevantes, com uma pequena variação na ordem de escolha pelo programa VARBRUL. Vale salientar que os grupos tipo de verbo e traços de definitude e de especificidade do SN foram os que se mantiveram nos primeiros lugares, enquanto os traços de animacidade foram selecionados nas três regiões em último lugar. Discutiremos agora a caracterização de cada um dos grupos, com seus respectivos percentuais e probabilidades (peso relativo - PR).

2.1. Sobre o tipo categorial do verbo

Para a discussão desse grupo de fatores, foi levada em consideração a hipótese inacusativa de Burzio (1986), segundo a qual a classe dos verbos intransitivos não é homogênea e a heterogeneidade é estrutural. Partindo de sentenças do italiano, uma língua de sujeito nulo, o autor mostra que verbos como *chegar* (*arrivare*) aceitam o clítico *ne*, ao passo que verbos como *telefonar* (*telefonare*) não aceitam essa espécie de cliticização. Para comprovar essa diferença, o autor aponta outros domínios dentro dos quais *ne*-cl são possíveis: construções passivas, construções com *se* impersonal, construções que alteram estruturas AVB para BV (SVO/OV). Em cada um desses domínios, a cliticização do *ne* é uma propriedade do SN objeto quantificado, isto é, o clítico *ne* é usado somente com objetos, mas não com sujeitos naquela língua.

Outro argumento de Burzio (1986) a respeito do critério de inacusatividade é a propriedade de não atribuir Caso acusativo ao SN objeto de um verbo inacusativo; o autor fundamenta-se nas explicações de Chomsky (1981) em relação às construções passivas. A morfologia passiva, segundo Chomsky, tem a propriedade de bloquear a atribuição da função temática externa à posição de especificação de VP. Além de não projetar uma função temática externa, o verbo passivo, devido a sua morfologia específica, perde a capacidade de atribuir Caso acusativo. Com base nessas duas propriedades da construção passiva, e observando que as construções com verbos como *arrivare* manifestam efeitos semelhantes aos da passiva, Burzio propõe a seguinte generalização ‘um verbo atribui função temática externa se e somente se atribui Caso acusativo’; formalizando o que fica sendo conhecida na literatura como a *generalização de Burzio*.

A proposta de Burzio (1986) de inclusão de uma classe de verbos inacusativos à tradição gramatical assenta-se, portanto, em uma correlação entre a não-atribuição de papel temático à posição externa a V, e a não-atribuição de Caso acusativo ao SN em posição de objeto. Isso significa que as estruturas inacusativas diferem das estruturas intransitivas em dois pontos: (i) só exibem como posição temática a posição interna a V; (ii) ao SN dessa posição interna não é atribuído Caso acusativo⁵.

Além das diferenças entre os verbos intransitivos e inacusativos, relacionadas anteriormente, uma outra merece atenção: a

possibilidade de o argumento de um verbo inacusativo poder aparecer em posição pós-verbal mesmo em línguas que não apresentam a propriedade de inversão livre do sujeito, uma das supostas propriedades das línguas pro-drop. Ao comparar línguas que não admitem sujeito nulo, como o inglês e o francês, com línguas que admitem, como o italiano, Burzio diz que as propriedades dessas línguas provavelmente estão relacionadas. É de se esperar que o italiano (e o PB) ao permitir pronome nulo sujeito também permita argumentos nulos (representados por \emptyset) correspondentes a *il* e *there* de línguas de sujeito lexicalmente realizado como o francês e o inglês, por exemplo.

Partindo do pressuposto de que o fenômeno da inacusatividade pode se manifestar também no PB, vamos verificar se, de fato, esse fenômeno pode estar condicionando a ordem VS nas variedades faladas em Santa Catarina. Nossa expectativa, que se relaciona exclusivamente ao componente interno da língua, é de que as construções inacusativas propiciam uma maior liberdade de ordenação (SV/VN), por ser a posição à direita do verbo inacusativo a posição básica do argumento interno, enquanto diminui a variação nos contextos intransitivos, uma vez que tal posição não está disponível a argumentos externos. Para testar nossa hipótese, vamos levantar o grupo de fatores tipo categorial do verbo, constituído de três fatores, exemplificados abaixo: (i) verbos intransitivos; (ii) verbos inacusativos não-existenciais; e (iii) verbos inacusativos existenciais, como os exemplos abaixo ilustram, respectivamente:

- (3) a. Eu *viajei* a noite toda (FLP05L349)
- b. Aí quando *apareciam* os ciganos lá (CHP18L53)
- c. Não *existia* campo de futebol como hoje (BLU03L225)

Os resultados podem ser observados na tabela a seguir:

Tipo Categorial do Verbo	Florianópolis			Blumenau			Chapecó		
	Ap/Total	%	PR	Ap/Total	%	PR	Ap/Total	%	PR
Verbos intransitivos	18/542	03	0,23	13/407	03	0,15	0/318	00	0,04
Verbos inac. não existentes	246/1110	22	0,54	219/1003	22	0,44	134/784	17	0,61
Verbos inac. existenciais	387/399	95	0,95	476/508	94	0,86	159/164	97	0,98
Total	640/2033	32		708/1918	37		249/1266	23	

Tabela 1: Freqüência e probabilidade de VS nas três regiões, segundo o grupo de fatores tipo categorial do verbo

Tais resultados apontam evidências favoráveis à nossa hipótese de que verbos inacusativos, em especial inacusativos existenciais, apresentam ambientes propícios à ordem VS, dados os pesos relativos de 0,54 em Florianópolis, 0,44 em Blumenau e 0,61 em Chapecó para os verbos não-existenciais e 0,95, 0,86 e 0,98 para os verbos existenciais, enquanto verbos intransitivos apresentam-se como contextos inibidores da posposição (0,23, 0,15 e 0,04, respectivamente). Essa tendência já havia sido registrada por Berlinck (1995) e, de um ponto de vista formal, está de acordo com o papel temático (tema) do argumento selecionado por verbos de natureza inacusativa.

2.2. Sobre os traços de definitude e de especificidade do SN

Vamos considerar aqui as propostas de Belletti (1988) e de Enç (1991) como base para o levantamento de um dos grupos de fatores que pode estar condicionando a ordem VS no português do Brasil, dadas as evidências na literatura de que existe uma incompatibilidade entre o SN [+definido] e/ou [+específico] e a posição pós-verbal de construções inacusativas. Acrescentamos, inicialmente, a essa tipologia os SNs nus, isto é, um SN formado apenas de nome, com a posição especificador vazia. A classificação desse grupo - exemplificada abaixo - está assim subdividida: (i) sintagma [+definido] e [+específico]; (ii) sintagma [-definido] e [+específico]; (iii) sintagma [-definido] e [-definido] e (iv) sintagma nu (bare)⁶.

- (4) a. *O mercado* hoje é sujeira (est.). Naquele tempo ele não era não, naquele tempo ele era muito limpo (FLP24L115)
- b. (Fala dos parentes) Mora quase *tudo* em Blumenau (BLU01L807)
- c. Chegou *um telegrama* pra ti, urgente. O telegrama veio de Curitiba (FLP03L855)
- d. ... onde pastam *animais* (BLU21L614)

Nossa expectativa é de que a ordem VS pode ser explicada através da proposta de atribuição de Caso partitivo de Belletti (1988) aos argumentos pós-verbais dos verbos inacusativos. O Caso partitivo deve ser compatível com sintagmas que podem ser interpretados como parte de um conjunto, o que é compatível primordialmente com sintagmas que recebem uma leitura [-definida], uma restrição conhecida na literatura como Efeito de Definitude (DE), que foi reanalisada por Enç (1991) como Efeito de Especificidade (SE).

Belletti (1988) postula que o DE não se manifesta apenas em línguas que não têm a ordem livre, como o inglês, por exemplo, mas pode ser evidenciado em uma língua como o italiano, língua de sujeito nulo, na posição tratada pela autora como posição interna ao VP (V SN). Dentre as possibilidades de o SN permanecer no VP, a autora apresenta casos de leitura de lista, ou seja, a leitura de elementos que são mencionados em série ou podem estar fazendo parte de uma série. Tais SNs também são compatíveis com a atribuição de Caso partitivo. Um dos questionamentos que fazemos diz respeito à atuação do DE em PB, se tal fenômeno atua tanto em construções intransitivas quanto em construções inacusativas ou se é um fenômeno de construções particulares.

Algumas respostas serão sugeridas a seguir, partindo da proposta de Belletti (1988), reanalisada por Enç (1991). Vale lembrar em primeiro lugar que, em trabalhos anteriores (Coelho 1999; 2000), já constatamos alguns problemas relacionados ao que Belletti toma como uma construção [+definida] e [-definida], principalmente no que se refere às construções quantificadas universalmente; por isso resolvemos incluir a proposta de Enç, tomando como base as relações semânticas de identidade e de inclusão na caracterização dos traços de definitude e de especificidade de um sintagma. Nesse sentido, cada vez que tratamos de um sintagma [+definido] e [+específico], estamos nos referindo àqueles que mantêm com o discurso precedente uma relação de identidade do referente, como acontece, por exemplo, com os pronomes pessoais anafóricos. Ficam excluídos dessa relação contextos quantificados universalmente. E, cada vez que tal relação não se sustenta, procuramos observar se há ou não uma relação de inclusão com o discurso, para podermos definir contextos de quantificação universal ou partitivos em oposição a contextos existenciais, por exemplo.

Serão mostradas, agora, evidências de que os traços de definitude e de especificidade parecem impor restrições significativas com relação à ordem dos constituintes também em uma língua como o PB. Considerem-se novamente as sentenças inacusativas em (4c). Podemos dizer que, na primeira construção, o argumento interno do verbo *chegar* não estabelece relação nem de identidade, nem de inclusão com o discurso precedente, sendo considerado, nos termos de Enç, um sintagma [-definido] e [-específico], diferentemente do que acontece com o sintagma *O telegrama* da sentença seguinte. Seguindo a teoria que estamos

utilizando aqui, o sintagma sujeito *um telegrama* só pode estar imediatamente à direita de um verbo como *chegar* se estiver licenciado por um Caso semelhante ao que Belletti chama de partitivo, o que pode ser atestado pelos traços de definitude marcados no sintagma em questão. No entanto, sabemos que um SN [+definido] pode aparecer à direita do verbo em certas condições, como o julgamento de gramaticalidade em (5) ilustra:

- (5) a. ?Chegou *o telegrama*
 b. Chegou *um telegrama*

Parece que a sentença (5a) seria melhor se o SN *o telegrama* fosse considerado um dos membros de uma lista possível, como resposta à pergunta *O que (foi que) chegou?*. Nesse caso, esperaríamos que o sintagma tivesse uma leitura de lista, vale dizer, dentre várias coisas que estavam sendo esperadas, foi o telegrama que chegou. Já para (5b) não há restrição.

Vale ressaltar que os resultados percentuais apontaram os traços de definitude e de especificidade do SN como o segundo grupo de fatores considerado relevante no condicionamento da ordem VS, seguido do grupo natureza do verbo. Os resultados podem ser observados na tabela 2, a seguir.

Traços de definitude e especificidade do SN	Florianópolis Apl/Total % PR	Blumenau Apl/Total % PR	Chapecó Apl/Total % PR
SN [+def.] e [+esp.]	77/1245 06 0,23	99/1299 08 0,15	81/914 09 0,43
SN [-def.] e [+esp.]	155/334 46 0,54	370/421 88 0,44	70/115 61 0,60
SN [-def.] e [-esp.] e SN nu	408/454 89 0,95	235/254 93 0,86	142/176 81 0,76
Total	640/2033 32	704/1904 37	293/1232 24

Tabela 2: Freqüência e probabilidade de VS nas três regiões, segundo o grupo de fatores traços de definitude e de especificidade do SN

Com base nos resultados da tabela 2, SNs [-definido] favorecem a ordem VS em todas as variedades estudadas, com um peso relativo de 0,76 e 0,88 em Florianópolis, de 0,84 e 0,87 em Blumenau e de 0,60 e 0,76 em Chapecó, enquanto os SNs [+definidos] mostram-se contextos favorecedores da ordem SV. Considere-

rando esses resultados, podemos dizer então que a hipótese de Belletti (1988) foi atestada: alta probabilidade de VS quando o SN é marcado com traço [-definido], enquanto a especificidade mostrou-se irrelevante.

2.3. Sobre a forma de realização do SN

Vamos considerar, nesse grupo de fatores, a forma de realização de sintagmas nominais constituídos por nomes, pronomes pessoais, demonstrativos e indefinidos. Enquanto os pronomes não têm uma referência autônoma, sendo sua referência estabelecida a partir das relações de coindexação com outros elementos disponíveis no discurso, ou a partir das relações com o contexto extra-lingüístico, os nomes referem-se a uma entidade. Diferentemente dos pronomes pessoais, os nomes podem ser modificados por determinantes e complementos e são constituídos por nomes próprios e nomes comuns. Enquanto os nomes próprios geralmente exprimem uma noção única e definida, os nomes comuns podem exprimir uma noção individual, coletiva ou encobrir uma espécie. Os exemplos representativos dessas realizações podem ser observados em (6):

- (6) a. *A gente cantava na noite de Natal* (BLU21L511)
- b. *O Carlos Alberto não gritava, não dizia nada* (FLP02L478)
- c. ... então só quando chegava *alguém* (CHP02L574)
- d. lá morreram *algumas pessoas* (BLU07L543)

Muitos trabalhos referentes à alternância da ordem SV/VS já apontam alta predominância de pronomes pessoais, demonstrativos e nomes próprios com a ordem SV; enquanto sintagmas plenos comuns e pronomes indefinidos revelam um alto índice de posposição. Quanto aos pronomes indefinidos, Lira (1996) diz que vêm se mostrando um ambiente propício à ordem VS. Isso dá-se, provavelmente, segundo ela, porque os sintagmas pronominais indefinidos incorporam um componente dêitico não-específico. Em seus resultados, a alta freqüência de SNs pospostos com determinantes indefinidos, um total de 76% para 20% de definidos, reforça essa conclusão.

Esses estudos vêm autorizar a hipótese de que a posposição do sujeito vai ocorrer com categorias como sintagmas nominais

plenos e pronomes indefinidos. Em contrapartida, sua anteposição vai se manifestar mais com argumentos representados por pronomes pessoais⁷, pronomes demonstrativos e nomes próprios⁸. Os resultados numéricos do grupo de fatores forma de realização do SN vêm apontar que o estatuto lexical de um sintagma também é muito importante na determinação de seu posicionamento na sentença:

Forma de realização do SN	Florianópolis Apl./Total % P.R.			Blumenau Apl./Total % P.R.			Chapecó Apl./Total % P.R.		
Pronome pessoal/demonstrativo	14/1047 01 0,18			16/840 02 0,22			08/684 01 0,21		
Pronome indefinido	26/59 44 0,49			56/79 71 0,63			10/15 67 0,91		
Sintagma pleno	602/927 65 0,85			636/899 71 0,78			276/567 49 0,82		
Total	642/2033 32			708/1918 37			294/1266 23		

Tabela 3: Freqüência e probabilidade de VS nas três regiões, segundo o grupo de fatores forma de realização do SN

Tal como era esperado, o SN pós-verbal aparece, predominantemente, quando está representado por pronomes indefinidos e por sintagmas plenos, e é desfavorecido quando representado por pronomes pessoais (incluindo aqui o pronome 'a gente') e demonstrativos. Os resultados das probabilidades confirmam os números percentuais obtidos nas três variedades, bem como as hipóteses colocadas por autores, como Lira (1986; 1996), Berlinck (1988; 1989) e Zilles (2000).

A diferença entre os sintagmas que estão representados por pronomes pessoais (e demonstrativos) e os que se manifestam através de um pronome indefinido pode também ser vista dentro de um conjunto maior, dadas as complexidade e singularidade dos traços de definitude e de especificidade do SN. Os traços negativos de definitude co-ocorrem com a forma de representação dos pronomes indefinidos, por exemplo, vindo reafirmar que sintagmas dessa natureza são condicionadores fortes da ordem VS.

A baixa freqüência de VS, quando o sintagma se realiza como um pronome pessoal, reforça também uma co-ocorrência entre a restrição lexical e os traços semânticos de definitude e de especificidade dos sintagmas nominais. Tomando novamente a

discussão de Enç (1991), podemos dizer que as propriedades semânticas de um sintagma (em especial, aqui, de um pronome) são estabelecidas na relação que esse sintagma mantém com o discurso precedente. Enfim, tanto os pronomes pessoais como os demonstrativos se diferenciam dos demais vocábulos pela relação que estabelecem com o discurso precedente (ou com um referente de conhecimento compartilhado). A restrição de especificidade parece que impõe a pronomes pessoais e demonstrativos a marca, quase que categórica, de traços [+definido] e [+específico].

2.4. Sobre os traços de animacidade do SN

Para observarmos os efeitos que o grupo de fatores animacidade do SN exerce sobre a ordem VS, vamos considerar, primeiramente, que o caráter [-animado] dos SNs decorre de sua relação específica com verbos que selecionam argumentos não-animados. A associação de SN [-animado] à ordem VS liga-se à discussão a respeito do estatuto sintático dos sintagmas pospostos, como Pontes (1986), Lira (1986; 1996) e Berlinck (1988) já mostraram. Esse traço, segundo Berlinck, aliado a outros como [-agentividade], é característico do SN que permanece em posição de objeto.

Os resultados estatísticos referentes ao grupo de fatores animacidade do SN atestam que, em todas as cidades da amostra, o traço [-animado] é uma característica típica do sujeito pós-verbal, como a tabela abaixo mostra:

Animacidade do SN	Florianópolis Apl./Total % P. R.	Blumenau Apl./Total % P. R.	Chapecó Apl./Total % P. R.
SN [+animado]	179/1397 13 0,46	164/1238 13 0,38	152/1067 14 0,47
SN [-animado]	463/636 73 0,58	544/680 80 0,71	142/199 71 0,76
Total	642/2033 32	708/1918 37	294/1266 23

Tabela 4: Freqüência e probabilidade de VS nas três regiões, segundo o grupo de fatores animacidade do SN

Como a animacidade do SN se constitui em um traço especificado pela grade temática do verbo, nossa hipótese é de que as pos-

sibilidades de anteposição ou posposição do SN com relação a esse traço são definidas em função do verbo. É a natureza diferenciada dos verbos monoargumentais que determina as características de seus argumentos: (i) verbos que selecionam argumentos necessariamente [+animados] privilegiam construções SV; (ii) verbos que selecionam argumentos [+/-animados] privilegiam construções VS, principalmente quando o argumento selecionado é [-animado], como os exemplos abaixo ilustram:

- (7) a. *Eu morava* assim quando eu era pequeno (FLP18L39)
 b. *O pai* saiu aqui do alto da serra (CHP18L32)
 c. ... veio *um ônibus da Rex* (BLU01L178)

A determinação da ordem, portanto, deve depender da relação entre a natureza do verbo e os argumentos que ele seleciona: um caso de co-ocorrência.

Há certos verbos, por exemplo, cujos argumentos normalmente precisam ser [+animados], os verbos intransitivos. Nesse caso, traços positivos de animacidade devem estar co-ocorrendo com a intransitividade do verbo. Quando, porém, sintagmas [-animados] aparecem como argumentos de verbos intransitivos espera-se que os contextos sejam metonímicos, isto é, que os sintagmas estejam representados por instituições, como em (8), abaixo:

- (8) *Aí o Instituto de Educação* desfilava em peso (FLP24L760)

Já verbos que permitem que seus argumentos selecionados sejam tanto sintagmas marcados com traços [-animado] quanto marcados com traços [+animado], como os verbos inacusativos, por exemplo, admitem também uma maior liberdade de ordenação de seus argumentos (SNV/VSN). O cruzamento entre esses grupos de fatores será mostrado na tabela 5, abaixo.

3. Considerações finais

Tomando os grupos de fatores selecionados mais significativos no favorecimento da ordem VS, fizemos um cruzamento deles com o grupo de fatores tipo categorial do verbo em cada uma das localidades estudadas para observar se, de fato, as ordens SV/V S apontam restrições sintático-semânticas específicas.

Cruzamento entre os grupos de fatores mais significativos	Verbo intransitivo FLP BLU CHP			Verbo inacusativo não-existencial FLP BLU CHP			Verbo inacusativo existencial FLP BLU CHP		
	FLP	BLU	CHP	FLP	BLU	CHP	FLP	BLU	CHP
Restrição Semântica									
SN [+def.]/[+esp.]	0%	01%	0%	0,5%	08%	09%	77%	60%	100%
SN [-def.]/[-esp.]	23%	28%	0%	47%	77%	36%	80%	98%	100%
SN [-def.]/[-esp.]	15%	75%	0%	78%	80%	71%	99%	99%	94%
Restrição Lexical									
Pronome									
pessoal/demonst.	0%	0%	0%	08%	02%	02%	39%	28%	0%
Pronome indef.	0%	25%	0%	37%	48%	67%	100%	100%	0%
Síntagma pleno	17%	14%	0%	50%	52%	38%	97%	96%	97%
Restrição Semântica									
SN [+animado]	03%	03%	0%	10%	10%	11%	95%	99%	100%
SN [-animado]	18%	20%	0%	51%	60%	55%	95%	93%	94%

Tabela 5: Freqüência de VS nas três regiões, segundo o cruzamento entre os grupos de fatores tipo de verbos e os demais grupos selecionados como relevantes pelo pacote estatístico VARBRUL

Assim, a partir dos resultados estatísticos acima, podemos dizer que há uma forte correspondência entre ordem VS, natureza do verbo e natureza semântica do SN: quando o argumento interno de um verbo inacusativo é [-animado] e marcado por traços [-definido] e [-específico] (ou SNs nus), diminui o número de ocorrências de ordem direta (SV) e aumenta o número de ocorrências de ordem inversa (VS); quando é [+animado] e vem marcado por traços [+definido], [+específico] e [+animado], aumenta o número de sintagmas pré-verbais e diminui o número de sintagmas pós-verbais. Quanto aos verbos intransitivos, nossos resultados atestam que são contextos inibidores da ordem VS, independendo de restrições semânticas.

Da análise apresentada, algumas considerações merecem destaque. O fato de a análise estatística de cada uma das localidades estudadas ter selecionado basicamente os mesmos grupos de fatores é um indício forte de que há apenas restrições sintático-semânticas condicionando a ordem VS, um condicionamento formal, restringindo-se quase tão somente a construções inacusativas. Dentre essas construções, a possibilidade de variação da ordem SV/V S está relacionada a fatores de natureza semântica e lexical, tais como os traços de definitude e de especificidade do SN, a forma de representação do SN e os traços de animacidade do SN. Essas restrições apontam para um enrijecimento da ordem SV no PB tanto para contextos transitivos, como aponta Berlinck (1989; 1995), como para intransitivos, restando à ordem VS contextos inacusativos.

Referências Bibliográficas

- BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. Vol. 19, n. 1, 1-34, 1988.
- BERLINCK, R de A. *A ordem VS no português do Brasil: sincronia e diacronia.* Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1988.
- BERLINCK, R. de A. A construção VS no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERLINCK, R. de A. *La position du sujet en portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Tese de doutorado. Paris. 1995.
- BURZIO, L. *Italian Syntax. A Government Binding Approach*. Dordrecht, Reidel, 1986.
- COELHO, I. L. A posposição do SN em construções monoargumentais: um caso de efeito de definitude? *CD-ROM do II Encontro do CELSUL*. Florianópoli, 1999.
- COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2000.
- ENÇ, M. The semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*. Vol 22 (1), 1-25, 1991.
- KATO, M. A. & TARALLO, F. Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects. UNICAMP, 1988. (mimeo)
- KOOPMAN, H. e SPORTICHE, D. The position of subjects. *Língua*, Vol 2 (85), p. 211-258, 1991.

LIRA, S. de. Subject postposition in Portuguese. *D.E.L.T.A.*.. Vol. 2, n. 1, 1986.

LIRA, S. de. *The subject in Brazilian Portuguese*. Nova York, Peter Lang, 1996.

PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*, 1988. (mimeo)

PERLMUTTER, D. Relational Grammar. In: Moravcsik & Wirth (orgs.). *Current approaches to syntax*. New York: Academic Press, 1980.

PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo, Ática e Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

RAMOS, J. Sociolinguística paramétrica ou variação paramétrica? In: Hora, D. & Chiristiano, E. (orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. Ed. Idéia Ltda, 1999.

TARALLO, F. Por uma sociolinguística romântica paramétrica: fonologia e sintaxe. *Ensaios de Lingüística*. Vol. 13, p. 51-84, 1987

TARALLO, F. & KATO, M. Harmonia Trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição 5*. Campinas, R.G., 1989.

VOTRE & NARO. Inversão de sujeito na fala carioca. *Boletim da ABRALIN* n. 6, 1984

ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, março de 2000.

WERNER, A. & ARDUIN, J. A ordem sujeito-verbo/verbo-sujeito na fala de Blumenau. Comunicação apresentada no *IV Encontro de Estudos Lingüísticos do Sul (CELSul)*. Curitiba/Paraná: UFPR, 16 e 17 de novembro de 2000.

Notas

¹ Os resultados estatísticos da ordem VS na variedade falada em Florianópolis foram extraídos de Coelho (2000).

² Tais verbos foram estudados por Werner e Arduin (2000) na variedade falada em Blumenau.

³ Os dados de fala analisados para este trabalho serão identificados com as siglas FLP, BLU ou CHP que significam região de Florianópolis, de Blumenau e de Chapecó, respectivamente, seguidas do número da entrevista e do número da linha em que se encontra o exemplo, no Banco VARSUL.

⁴ O julgamento de gramaticalidade de (1b) e (2b) não leva em consideração uma leitura com *stress* proeminente ou focalização contrastiva do SN pós-verbal.

⁵ As questões relativas à atribuição de Caso ao SN pós-verbal não serão tratadas neste trabalho. Veja os questionamentos de Belletti (1988) e Koopman & Sportiche (1991) à hipótese de atribuição de Caso por Cadeia de Burzio (1986).

⁶ Os dois últimos fatores foram amalgamados, por compartilharem traços semânticos de menos identidade e menos inclusão.

⁷ No fator pronome reto estão incluídos os pronomes *a gente* por apresentarem uma mesma restrição de ligação, que pode ser explicada pelo Princípio B da teoria de ligação. Consideremos os exemplos abaixo:

(i) a. Nós, pedimos para Maria que deixasse *a gente*, passar

 b. *Ele*, pediu para Maria que deixasse *ele*, passar

 c. **Ele*, pediu para Maria que deixasse *João*, passar

O pronome *a gente* comporta-se como o pronome reto *ele* e não como o sintagma pleno *João*, como os exemplos (ia) e (ib) ilustram, em contrapartida à agramaticalidade de (ic).

⁸ Os resultados percentuais dos nomes próprios não se diferiram dos sintagmas plenos comuns, o que nos levou a um amálgama dos dois fatores. Observamos, por exemplo, um número grande de sintagmas próprios [-animados] que se mostraram ambientes propícios à posposição. É possível, então que a diferença esteja relacionada ao fato de um sintagma ser [+ animado] ou [-animado], e não ao fato de ser próprio ou comum.